



CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de noticias sobre educação

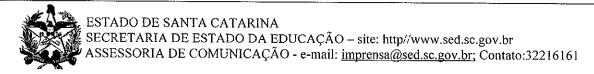
Escola Celso Ramos Prédio vai abrigar creche

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 19/4/11



Veiculo: Diário CatarinenseEditoria: GeralData: 19/4/11Assunto: Escola Celso Ramos – Prédio vaio abrigar crechePágina: 25

ESCOLA CELSO RAMOS Prédio vai abrigar creche

Assembleia vai devolver imóvel, e prefeitura comprometeu-se a reformá-lo

DAYANE NUNES.

O prédio da Escola Estadual Celso Ramos, na Prainha, Centro de Florianópolis, vai ser transformado em creche. Ontem, o presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio (DEM), atendeu à solicitação da comunidade e voltou atrás na decisão de usar o espaço para acomodar setores administrativos. Hoje, o presidente deve revogar o decreto de doação do terreno, feito pelo governador Raimundo Colombo.

Ontem, líderes das comunidades da Mariquinha, Queimada, Mocotó, Jagatá e Bode reuniram-se com Merísio. O secretário de Educação de Florianópolis, Rodolfo Pinto da Luz, e o vereador Renato Geske (PR) foram impedidos de participar do encontro.

Merísio apresentou duas propostas. A primeira era repassar R\$ 8 milhões à comunidade, para construir creches e centros de esporte, e permitir o uso do espaço para abrigar uma creche até que as obras do novo centro educacional fossem concluídas. A outra



Secretário (de terno) prometeu apoio e líderes decidiram ficar com a escola

Deu no DC

FSCOLA CELSO RAMOS

Com a palavra, a comunidade

Em reportagem do dia 14 de abril, o

DC mostrou que o destino da escola

dependia da escolha da comunidade.

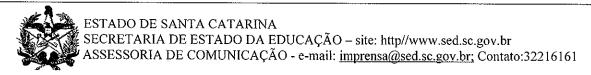
seria a revogação do decreto. Eles tinham até 28 de abril para decidir.

Mas, assim que Merisio deixou a sala, Pinto da Luz aproveitou para comprometer-se, em nome da prefeitura, a reformar o prédio. Os líderes resolveram, então, ficar com o imóvel.

 Mas queremos a contrapartida do governo do Estado para que seja construído um Centro Esportivo na Prainha – disse o líder do Mocotó, Carlos Henrique Bittencourt.

O secretário garantiu que a prefeitura fará duas reformas na creche e que há dinheiro para a obra.

- Assim que o Estado transferir o terreno, em 15 dias vamos adequar a estrutura e trazer as 115 crianças da creche Santa Terezinha. Depois, vamos fazer uma reforma completa para que o espaço atenda 500 crianças - comprometeu-se o secretário.



Veiculo: Notícias do Dia Editoria: Cidade Data: 19/04/2011 Assunto: Assembleia desiste da escola Página: 7

Assembleia desiste da escola

Celso Ramos. Legislativo respeita decisão da comunidade. Prédio abrigará creche

JOÃO MEASSI joao@noticiasdodia.com.br

🌺 @joao_ND

FLORIANÓPOLIS — O presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merisio (DEM), desistiu de ficar com o prédio da Escola de Educação Básica Celso Ramos, na Prainha, que seria ocupada por setores administrativos do Legislativo. A decisão, que hoje será comunicada ao governador Raimundo Colombo, saiu depois de reunião com os líderes da comunidade do maciço do morro da Cruz. O presidente expôs duas propostas: uma de passar a escola à comunidade durante o tempo de construção de equipamentos públicos reivindicados (creches e espaço para projetos sociais). A outra, a revogação imediata do decreto 159, de 6 de abril.



A escola que desde 1967 foi sendo esvaziada pela violência e evasão de alunos

que cedeu à Assembleia por 20 anos o prédio da escola. Venceu a segunda opção. A comunidade decidiu ficar com a escola para transformá-la numa creche para atender 500 crianças.

diens residé denenée courses au

antes establishes a const

funcionava A Assembleia ofereceu R\$ 7 milhões ao Estado como compensação à cessão de uso do terreno de 5.000 m², onde funcionava a Escola Celso Ramos.

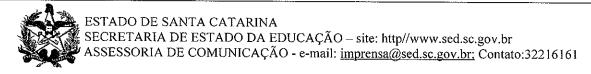
Creche Santa Terezinha será transferida para o prédio

Cabe agora ao município de Florianópolis reivindicar a Escola de Educação Básica Celso Ramos para reformá-la e adequar para receber uma creche. Esse destino para o prédio já vinha sendo discutido entre a Secretaria de Estado da Educação, o município e a comunidade do maciço do morro da Cruz. O fechamento da escola pelo Estado estaria condicionado à transformação do espaço numa creche.

O secretário municipal de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, disse ontem que inicialmente será providenciada a transferência da creche Santa Terezinha, que funciona numa casa alugada e atende 115 crianças. A mudança depende de adequações no prédio. "Acredito que dentro de 15 dias poderemos fazer a transferência das crianças da creche Santa Terezinha para a Escola Celso Ramos", disse. Ele acredita que a Secretaria de Educação do Estado cumprirá o que prometeu.

A reunião entre líderes da comunidade e o presidente da Assembleia, Gelson Merísio, estava inicialmente marcada para hoje (19), mas foi antecipada. Gelson Merisio disse que iria colocar claramente a sua proposta, e que se fosse a vontade da comunidade não haveria problema nenhum em desistir de ficar com a escola. "Antecipamos a reunião para dar mais tempo à negociação", disse Merisio.

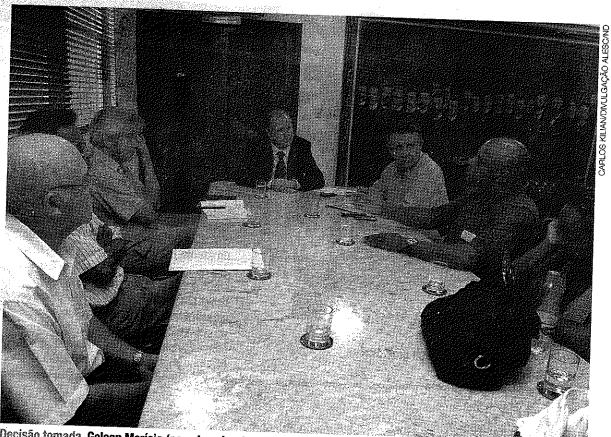
Barrados, O secretário municipal de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, e o vereador Renato Geske (PR) foram impedidos de participar da reunião realizada na Assembleia



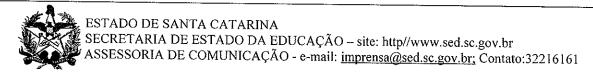
Veiculo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	Data: 19/04/2011
Assunto: Assembleia desiste da escola		Página: 7



O Notícias do Dia acompanha o caso da doação da escola, desde o anúncio do interesse da Assembleia pelo prédio, em 5 de abril



Decisão tomada. Gelson Merísio (na cabeceira da mesa) conduziu reunião com lideranças comunitárias, ontem



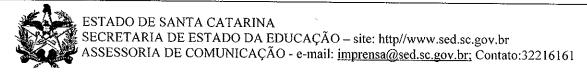
Veiculo: Notícias do DiaEditoria: Ponto FinalData: 19/04/2011Assunto: XabuPágina: 31

Xabu

Deu xabu na reunião para discutir a questão da Escola Celso Ramos. O encontro seria hoje, mas foi antecipado para ontem, por determinação da presidência da Assembleia Legislativa. Sabendo do ocorrido, o secretário da Educação, Rodolfo Pinto da Luz, e o vereador Renato Geske, tentaram entrar no gabinete do presidente da AL, Gelson Merísio, mas foram impedidos, porque a reunião era restrita.

Pano de fundo

Não há mais dúvida: a batalha pela Escola Celso Ramos virou bandeira da disputa municipal de 2012. Quem vencer a questão vai usar a vitória como argumento eleitoral.



Veiculo: Diário CatarinenseEditoria: VisorData: 19/4/11Assunto: Não deu/Contas a pagarPágina: 3

NÃO DEU

A Assembleia Legislativa vai continuar a pagar o aluguel de um prédio na Av. Hercílio Luz, no valor de R\$ 30 mil/mês, onde estão alojados os servidores da gráfica, procuradoria e diretorias financeiras e administrativas, que seriam alojados na estrutura da Escola de Educação Básica Celso Ramos, que será transformada em uma creche, por decisão da comunidade.

66

Em meus 62
anos de vida
nunca fui
barrado na
porta, porque
só vou onde sou
convidado.

Rodolfo Pinto da Luz, secretário de Educação de Florianópolis, visivelmente constrangido ao ser impedido, na antessala do gabinete da presidência da Assembleia, de participar da reunião sobre a Escola Celso Ramos,



CONTAS A PAGAR

Prevaleceu o bom senso. O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, voltou atrás na proposta de transformar a Escola Estadual Celso Ramos, na Prainha, em mais apêndice do Legislativo. O local vai virar uma creche municipal para 500 crianças, como queria a prefeitura e os moradores.

Veiculo: Folha de São PauloEditoria: CotidianoData: 16/4/11Assunto: Escola é anexada por Assembleia catarinensePágina: C5

Escola é anexada por Assembleia catarinense

Governo decide usar prédio onde funcionava colégio 'problemático' para abrigar funcionários

FÁBIO FREITAS DE SÃO PAULO

O governo de Santa Catarina decidiu transformar uma escola desativada no fim do ano passado, no centro de Florianópolis, em um anexo da Assembleia Legislativa.

A escola estadual Celso Ramos, que já teve 1.200 alunos, encerrou as atividades com cerca de 300 após registrar vários episódios de violência interna. No caso mais grave, em outubro de 2010, a diretora foi apedrejada por um aluno e as aulas foram suspensas por uma semana.

Com um decreto publicado na semana passada, o governador Raimundo Colombo (DEM) concedeu à Assembleia, por 20 anos, a área de 5.088 m², com 3.358 m² construídos. O Palácio Barriga Verde, sede do Legislativo catarinense, tem cerca de 12 mil m² de área construída.

O presidente da Assembleia, deputado Gelson Merisio (DEM), disse que requisitou o imóvel porque o terreno havia sido doado pela Casa.

A ideia é instalar no local 300 funcionários administrativos, que trabalham hoje em um edificio alugado.

O decreto pegou de surpresa moradores da localidade de Morro da Cruz, região carente de onde vinha a maioria dos estudantes. "Queremos o espaço para um centro de educação infantil para 500 crianças, numa região que tem 2.000 em fila de espera", afirmou o líder comunitário Rogério Rodrigues.

A prefeitura diz que negociava desde 2010 a transferência da estrutura para o município. O governo estadual afirma, no entanto, que desconhecia a negociação, aberta na gestão anterior.

Veiculo: Jornal de Santa CatarinaEditoria: GeralData: 19/4/11Assunto: Escolas estão sem diretor desde início de anosPágina: Online

Escolas estão sem diretor desde o início do ano

Nomeação atrasou em unidades de Balneário Camboriú, Itajaí e Camboriú

ITAJAÍ - As aulas na rede estadual de ensino começaram em 4 de fevereiro, mas três escolas do Litoral ainda estão com o quadro de direção incompleto. A situação é mais grave no Colégio João Goulart, em Balneário Camboriú, onde apenas uma assessora está responsável pela administração escolar. O diretor geral e mais um assessor aguardam nomeação.

Aluna do Ensino Médio do João Goulart, Kelly Luana Michalowicz, 16 anos, diz que sem diretor, todos acham que podem fazer o que quiserem:

- Além disso, tem professor com planos para viagem de estudos que não pode ser marcada enquanto o diretor não for nomeado.

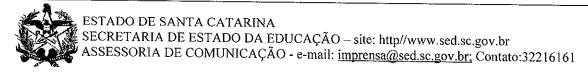
A gerente regional de Educação, Maria Alice Pereira, informa que o problema ocorre também nas escolas estaduais Henrique da Silva Fontes, em Itajaí, que aguarda nomeação do diretor, e Maria Terezinha Garcia, em Camboriú, onde está aberta a vaga de assessor de direção.

O atraso nas nomeações, de acordo com Maria Alice, ocorre devido às exigências feitas pela Secretaria do Estado da Educação. Segundo ela, os primeiros nomes indicados eram de professores que tinham faltas injustificadas no histórico profissional. Por isso, não foram aceitos inicialmente.

- Essa determinação foi, posteriormente, revogada, e a Secretaria de Educação permitiu que esses professores apresentassem justificativas para as faltas.

Segundo o Secretário de Desenvolvimento Regional de Itajaí, Fabrício de Oliveira, os nomes dos ocupantes dos cargos são escolhidos pelos líderes dos partidos que integram as bases do governo Raimundo Colombo. As indicações deverão ser homologadas até semana que vem. A expectativa é que os novos diretores assumam os postos no início de maio.

dagmara.spautz@santa.com.br



Veiculo: Jornal de Santa CatarinaEditoria: GeralData: 19/4/11Assunto: Escolas estão sem diretor desde início de anosPágina: Online

Sindicato vê prejuízos para as escolas

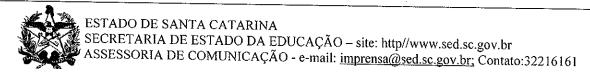
O presidente do Sindicato os Trabalhadores em Educação (Sinte) na região de Itajaí, Marcus Sodré, diz que a falta de diretor prejudica a captação de recursos das escolas:

 O diretor é o responsável pela segurança e pelas verbas. É o cargo de confiança, aquele que tem o caminho do dinheiro. Se as escolas tivessem autonomia, não precisaríamos da figura do diretor.

Entretanto, nas escolas onde o diretor geral ainda não foi nomeado, o assessor de direção tem total autonomia para tomar decisões. É o que informa a assessoria de imprensa da Secretaria de Educação.

Em Balneário Camboriú, a assessora de direção do Colégio João Goulart, Rosemary Rodrigues Ceolin, garante que o andamento dos trabalhos não está sendo prejudicado pelo atraso na nomeação.

 $-\operatorname{Estou}$ sobrecarregada, mas as atividades seguem normalmente - garante.



Veiculo: Diário Catarinense

Assunto: Violência

Editoria: Diário do Leitor

Data: 19/4/11

Página: 32

Violência

Sou professor na Escola de Educação Básica Vicente Silveira em Palhoça, no Bair-

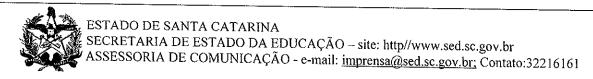


ro Passa Vinte. Estou estarrecido pelos últimos acontecimentos na nossa escola, pois a violência está crescendo assustadoramente. Haja visto, o que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, em Realengo. Precisamos, urgentemente, de segurança nas escolas.

José Batista da Rosa ୍ Por e-mail

Atos de brutalidade e selvageria como o ocorrido em uma escola do Rio vêm mostrar que a violência está tomando conta de nossa sociedade, de nossas escolas. A falta de estrutura familiar é, sem dúvida, um dos principais fatores que contribui para o aumento excessivo da violência, hoje, no país. Por outro lado, não se vê, por parte do governo, métodos eficientes nem vontade política suficiente para proteção da integridade das pessoas. Investir maciçamente em educação (mais escolas, bibliotecas, leitura, etc), onde teríamos pessoas mais conscientes, críticas, e a consequente diminuição da violência, seria ótimo.

Eduardo Tagliapietra

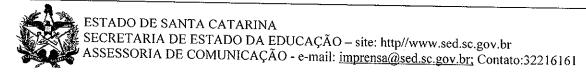


Veiculo: Diário CatarinenseEditoria: GeraisData: 19/4/11Assunto: Enade 2011 – Prova marcada para 6 de novembroPágina: 23

ENADE 2011

Prova está marcada para 6 de novembro

A prova do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2011 será dia 6 de novembro, às 13h, horário de Brasília. Neste ano, serão avaliados os alunos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia, Biologia, Ciências Sociais, Computação, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Química, Pedagogia, Educação Física, Artes Visuais e Música. Também serão avaliados os alunos dos cursos que conferem diploma de tecnólogo em Alimentos, Construção de Edifícios, Automação Industrial, Gestão da Produção Índustrial, Manutenção Industrial, Processos Químicos, Fabricação Mecânica, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Redes de Computadores e Saneamento Ambiental.



Veiculo: Notícias do DiaEditoria: RegiãoData: 19/04/2011Assunto: Professores pintam escolaPágina: 15

Professores pintam escola

Dom Jayme. Reforma do centro educacional custa R\$ 437 mil e não inclui pintura

PALHOÇA — Com poucos recursos para a reforma dos deteriorados prédios do Centro Educacional Dom Jayme de Barros Câmara, no bairro Bela Vista, professores, orientadores e assistentes sociais tiveram de arregaçar as magas e pintar, eles mesmos, as paredes das salas. Como as melhorias realizadas com R\$ 437 mil, recursos do Governo Estadual, abrangiam somente o sistema elétrico, pisos e telhados, coube ao diretor Eliéu da Silveira arrecadar as tintas para que os colaboradores efetuassem os trabalhos.

Enquanto os reparos são realizados, 200 estudantes e com idade entre 6 e 15 anos são atendidas

pelo PET (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil) de Palhoça.

De acordo com o diretor, todos os esforços são realizados voluntariamente para que o local seja inaugurado até o final do mês de abril. "Precisamos da presença do Governador Raimundo Colombo para liberar as atividades", afirma Silveira lembra que por lei, sem o evento oficial o espaço não pode ser ocupado.

Quando reiniciadas as atividades, de responsabilidade dos funcionários da Secretária de Assistência Social Trabalho e Educação do Governo Estadual, jovens de 18 à 29 anos terão oportunidade de fazer aulas de música, e realizar curso de tipografia.

A reforma parcial foi iniciada em dezembro de 2010, após a interdição do Centro Educacional pela Defesa Civil, devido um incêndio em uma sala de aula. O risco à vida das crianças era tamanho, que a direção preferiu suspender as ati-

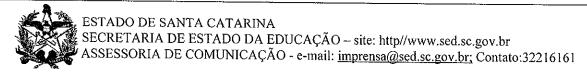
vidades e mandar para casa centenas de estudantes, que dependiam do local para se alimentar e ter uma ocupação durante o contraturno escolar. "Cedemos apenas o ginásio e o refeitório para o atendimento das crianças do PET", enfatiza Silveira.



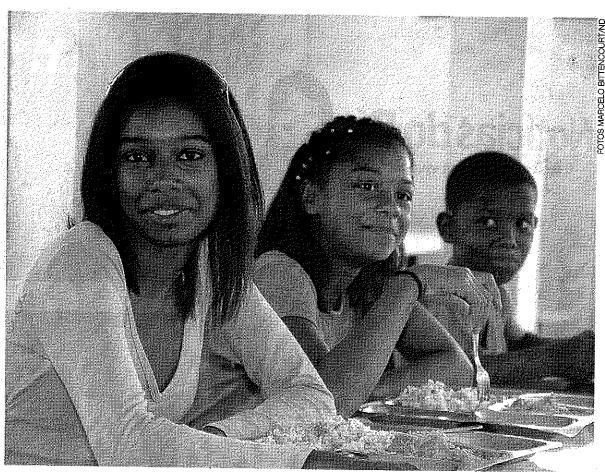
R\$ 437 MIL

Recurso foi aplicado na melhoria do sistema elétrico, reforma do piso e do telhado





Veiculo: Notícias do DiaEditoria: RegiãoData: 19/04/2011Assunto: Professores pintam escolaPágina: 15



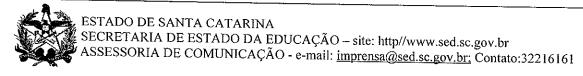
Esforço para atender as crianças do PET

A professora Geisa Ana da
Silva é funcionária da Secretaria
de Educação de Palhoça, órgão
que recebe do Governo Estadual
a doação do espaço físico para os
trabalhos do Serviço de Convivência
e Fortalecimento de Vínculos do
PET. "Este espaço é uma extensão
da casa delas", enfatiza Geisa,
defendendo que todo esforço
seja válido para o benefício de
crianças e jovens. "Quem não
tem amor por este trabalho não
permanece", revela sobre o projeto
que atende crianças em risco

social de seis bairros de Palhoça.
Os irmãos Emily, 11, Lorena,
12, e Nicolas 9, moram na
Barra do Aririú e se beneficiam
do PET há três anos. "Quando
pegou fogo no ano passado
nós ficamos bem assustados",
lembra Emily Domingos.

Após uma manhã com atividades recreativas, como vôlei, futebol e demais jogos, os irmãos seguem de ônibus para a escola Reinaldo Weingartner, no bairro onde residem. "Esse lugar não pode fechar", pede o pequeno Nicolas. Alimentação. Muitos dos alunos têm a principal refeição do dia no Dom Jayme

Parcial. Atendimento é restrito a 200 crianças do PET



Veiculo: Nota 10Editoria: BrasilData: 18/4/11Assunto: Projeto estabelece punições para estudante que desrespeitar professorPágina: online

Projeto estabelece punições para estudante que desrespeitar professor

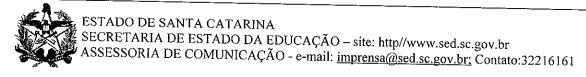
A Câmara analisa o Projeto de Lei 267/11, da deputada Cida Borghetti (PP-PR), que estabelece punições para estudantes que desrespeitarem professores ou violarem regras éticas e de comportamento de instituições de ensino.

Em caso de descumprimento, o estudante infrator ficará sujeito a suspensão e, na hipótese de reincidência grave, encaminhamento à autoridade judiciária competente.

Segundo a Agência Câmara, a proposta muda o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para incluir o respeito aos códigos de ética e de conduta como responsabilidade e dever da criança e do adolescente na condição de estudante.

De acordo com a autora, a indisciplina em sala de aula tornou-se algo rotineiro nas escolas brasileiras e o número de casos de violência contra professores aumenta assustadoramente. Ela diz que, além dos episódios de violência física contra os educadores, há casos de agressões verbais, que, em muitos casos, acabam sem punição.

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



Veiculo: Nota 10Editoria: BrasilData: 18/4/11Assunto: Enade será aplicado no dia 6 de novembro, com dispensa de ingressantesPágina: online

Enade será aplicado no dia 6 de novembro, com dispensa de ingressantes

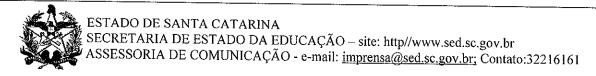
O Ministério da Educação (MEC) definiu as regras para a aplicação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2011. Conforme estabelece a Portaria Normativa n.º 8, publicada na segunda-feira (18), no Diário Oficial da União, as provas serão aplicadas em todo o país no dia 6 de novembro. Entre as novidades está a dispensa dos ingressantes, que a partir de agora serão avaliados com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Estima-se que 1,2 milhão de estudantes sejam inscritos este ano e que cerca de 400 mil façam as provas. Outra novidade é a regularização dos estudantes ingressantes e concluintes em situação irregular no Enade em anos anteriores. A simples inscrição dos estudantes basta para que a situação seja estabilizada. Os que estão irregulares no cadastro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) ficam impedidos de colar grau.

Como de praxe, a inscrição dos estudantes é de responsabilidade das instituições de educação superior. O prazo vai de 18 de julho a 19 de agosto. Os estudantes que constam como irregulares devem ser inscritos antes, no período de 20 a 30 de junho. De 22 a 31 de agosto, o próprio estudante terá acesso à página eletrônica do Inep para confirmar informações.

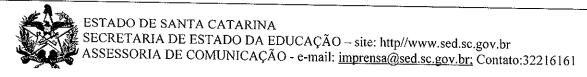
Todas as normas de aplicação do Enade serão reunidas e publicadas no Manual da Prova, que deve ser publicado até 31 de maio.

Serão avaliados estudantes dos cursos de arquitetura e urbanismo, engenharia, biologia, ciências sociais, computação, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática, química, pedagogia, educação física, artes visuais e música. Também farão as provas os alunos de cursos superiores de tecnologia em alimentos, construção de edifícios, automação industrial, gestão da produção industrial, manutenção industrial, processos químicos, fabricação



mecânica, análise e desenvolvimento de sistemas, redes de computadores e saneamento ambiental.

Ingressantes — Apesar de dispensados da prova, os ingressantes devem ser inscritos normalmente, para efeito de cadastro. A medida visa à diminuição de custos e a dar eficácia à aplicação da prova. A principal razão de os estudantes novos serem aferidos em anos anteriores era a de medir o crescimento educacional — a avaliação do Enade no ingresso e na saída dava a ideia do valor agregado pelo curso ao estudante. Estudos do MEC demonstram, entretanto, que a nota do Enem também permite comparações de resultados. A economia com a redução do número de provas é de aproximadamente R\$ 30 milhões.



Veiculo: Nota 10Editoria: BrasilData: 18/4/11Assunto: Debate sobre violência escolar inclui regras sobre acesso à informação sigilosaPágina: online

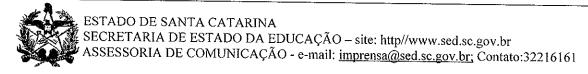
Debate sobre violência escolar inclui regras sobre acesso à informação sigilosa

A audiência pública sobre violência escolar realizada na segunda-feira (18) pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) não foi motivada somente pelo recente massacre de alunos de uma escola municipal do Rio de Janeiro. Foi convocada também para orientar a votação de projeto de lei da Câmara (PLC 41/10) que trata da Lei de Acesso à Informação.

O texto admite, em certas circunstâncias, a flexibilização desses períodos de restrição à consulta pública. E é nesse ponto que o projeto tangencia a tragédia escolar carioca. Informações escolares poderiam ser consultadas sob determinadas condições.

De acordo com a Agência Senado, o projeto pode ser votado nesta terçafeira (19) pelas comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação
e Informática (CCT) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa
(CDH). O relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA), apresentou voto
favorável e disse esperar que a proposta tenha aprovação final em Plenário
no dia 3 de maio, Dia Internacional da Liberdade de Imprensa. O texto
regulamenta o acesso a informações consideradas sigilosas, como as
relativas a atos dos governos militares.

A proposta estabelece, em 47 artigos distribuídos por seis capítulos, os procedimentos que devem ser seguidos pela União, por estados, pelo Distrito Federal e por municípios para atender à garantia constitucional de acesso à informação. O respeito a esse direito não dispensa, entretanto, a fixação de limites para consulta a esses dados, definidos em função de riscos à segurança da sociedade ou do Estado que sua divulgação antecipada pode acarretar.



Assim, essas informações em poder do Estado são classificadas em três categorias quanto à restrição de acesso: ultrassecreta, secreta e reservada. Tal enquadramento leva em conta seu teor e sua imprescindibilidade à segurança da sociedade e do poder público, sendo proibida sua publicização pelos respectivos prazos de 25, 15 e 5 anos.

A matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, senador Demóstenes Torres (DEM-GO). Atualmente, tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e também conta com voto pela aprovação do relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

18/04/2011 - Plano Nacional de Educação deve ser aprovado só em outubro

: Data: 18/04/2011

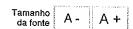
> Veículo: JORNAL DO DIA - AP

Editoria: ECONOMIA
 Assunto principal: CNTE

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OUTROS

Veja a matéria no site de origem



O presidente da comissão especial que analisará o Plano Nacional de Educação (PNE), deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), instalada na na Câmara, prevê que a tramitação do projeto de lei seja concluída na Casa só entre outubro e novembro. O texto apresentado pelo Ministério da Educação reúne 20 metas, que deverão guiar as ações dos governos municipais, estaduais e federal até 2020. Entre elas, estão a ampliação de matrículas na educação infantil e no ensino superior, medidas de valorização do magistério e o aumento do financiamento público para a área.

Segundo Vieira, o primeiro passo é fazer um diagnósticos do PNE anterior, cuja maioria das 295 metas não foi cumprida, e do novo projeto. Esse trabalho será feita pelas comissões técnicas da Câmara. "Não tenho porque correr tanto com o plano. Estamos vivendo no país a perspectiva de uma grande crise fiscal. Se votarmos um plano que fala em dobrar metas e, consequentemente, gerar novas despesas com rapidez, ele será bombardeado por governadores, prefeitos e a própria equipe econômica do governo. Então, trabalho com a perspectiva de aprová-lo na comissão em outubro e novembro, para então remetê-lo ao Senado."

A comissão prevê audiências públicas e seminários, inclusive fora de Brasília. O prazo para apresentação de emendas ainda não foi aberto, mas informalmente o projeto já recebeu cerca de 150 emendas de entidades da sociedade civil, como a União Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Um dos pontos que deverá ser alvo de muita discussão é a meta relacionado ao financiamento. O projeto enviado pelo MEC estabelece uma meta de investimento de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação até 2020 - atualmente o patamar é de 5%. Os movimentos sociais pressionam para que o percentual seja de 10%. O relator do projeto, Angelo Vanhoni (PT-PR), sugeriu que a comissão se divida em grupos de parlamentares para discutir temas específicas abordados pelo plano. O calendário de trabalho será definido na próxima semana. "A impressão que tenho é que o texto será melhorado pelo parlamento.".

Linear Clipping :: CNTE Página 1 de 2

Clipping

18/04/2011 - Enem vai substituir exame de desempenho de alunos que entram no curso superior

: Data: 18/04/2011

* Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF

: Editoria: NACIONAL

Assunto principal: ENSINO MÉDIO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OUTROS

Veja a matéria no site de origem



18/04/2011 16h35

A partir deste ano, os alunos que tiverem participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2009 ou 2010 não serão obrigados a fazer a prova do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), que é aplicado a alunos ingressantes e concluintes de cursos superiores de instituições públicas e particulares. Na edição deste ano, cujas provas estão marcadas para 6 de novembro, serão avaliadas 26 graduações e cursos tecnológicos. A substituição vai valer apenas para os alunos que estão entrando no curso superior.

A substituição do Enade de ingressantes pelo Enem é uma demanda antiga das instituições de ensino. A participação no Enade é obrigatória - quem não comparece fica impedido de colar grau ao final do curso - mas o desempenho do aluno na prova não interfere no seu currículo. Sem esse compromisso, as instituições defendiam que a nota do curso ficava comprometida.

O Enade é aplicado a ingressantes e concluintes de cursos superiores para avaliar a qualidade do ensino oferecido pelas instituições a partir do "valor agregado" pelo estudante ao longo da formação. A nota obtida pelos alunos é utilizada no cálculo de vários indicadores de qualidade que são utilizados para regular a oferta de ensino no país. O Ministério da Educação (MEC) calcula que 1,2 milhão de alunos estão aptos a participar do exame em 2011.

A inscrição dos alunos é de responsabilidade da instituição e deve ser feita de 18 de julho a 19 de agosto pela internet. São considerados alunos ingressantes aqueles que tenham iniciado o curso em 2011. Já os concluintes são aqueles que tenham expectativa de formatura em 2011 ou que tiverem cursado mais de 80% da carga horária mínima do currículo.

Apesar de dispensados da prova, os ingressantes que tiverem participado do Enem devem ser inscritos no Enade normalmente, para efeito de cadastro. De acordo com o MEC, a dispensa tem como objetivo reduzir custos e dar eficácia à aplicação da prova. A economia será de aproximadamente R\$ 30 milhões. Outro motivo para fazer essa substituição é que o Enade de ingressante, por ser aplicado no fim do primeiro ano letivo, não aferia as habilidades e conhecimentos adquiridos pelo aluno desde sua entrada até o segundo semestre do curso.

No Enade, os alunos que não comparecem no dia da prova ficam em situação

irregular no MEC e precisam esperar uma nova edição do exame para obter o diploma. Outra novidade, a partir deste ano, é que o estudante nessa situação não precisará fazer a prova, basta que a instituição de ensino faça sua inscrição e o caso fica regularizado.

Em 2011, serão avaliados os cursos superiores em arquitetura e urbanismo, engenharia, biologia, ciências sociais, computação, filosofia, física, geografia, história, letras, matemática, química, pedagogia, educação física, artes visuais e música. Também participam do Enade os alunos de cursos técnicos em alimentos, construção de edifícios, automação industrial, gestão da produção industrial, manutenção industrial, processos químicos, fabricação mecânica, análise e desenvolvimento de sistemas, redes de computadores e saneamento ambiental. A portaria com as regras do Enade 2011 foram publicadas hoje (18), no Diário Oficial da União.

Agência Brasil

18/04/2011 - Salário e formação do professor são principais metas do Plano

: Data: 18/04/2011

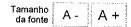
> Veículo: JORNAL DO DIA - AP

: Editoria: ECONOMIA

Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OUTROS

Veja a matéria no site de origem



Ministro da Educação destaca as metas do novo Plano Nacional de Educação que valorizam os docentes

O ministro da Educação, Fernando Haddad, considera como principais metas do novo Plano Nacional de Educação aquelas que estão relacionadas à formação e à remuneração de professores. "Se fosse apontar as metas que mais dialogam com os principais problemas da educação brasileira, diria que são as metas relacionadas ao magistério, no que diz respeito à formação e à remuneração", afirmou na noite da última quarta-feira (13) o ministro, após participar de audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, na Assembleia Legislativa de São Paulo.

O Plano Nacional de Educação, cujos objetivos deverão ser alcançados até 2020, traz duas metas relacionadas à formação de professores: garantia, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, de que todos os professores da educação básica passem a ter formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam; e a diplomação de 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu e a garantia a todos de formação continuada em sua área de atuação.

Em relação à remuneração, o plano prevê a valorização do professor da educação básica, a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de 11 anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente; e a garantia, no prazo de dois anos, da existência de planos de carreira para os profissionais em todos os sistemas de ensino.

"Sabemos que o magistério brasileiro tem uma remuneração que é 60% da média das demais profissões com nível superior. Se quisermos valorizar a educação, não há como dissociar a modernização da educação da valorização daqueles que são responsáveis pela educação", disse o ministro. "Temos uma meta específica que também conta com estratégicas específicas de equalizar a remuneração média do professor vis-à-vis a remuneração média com nível superior."

Haddad disse estar otimista com a mobilização da sociedade para acompanhar a tramitação do plano no Congresso Nacional. No entanto, afirmou que para o plano nacional obter sucesso será preciso que estados e municípios também comecem a debater os planos locais de educação.

"Se os estados e municípios começarem um debate sobre os seus próprios planos, não vai acontecer o que ocorreu com o plano anterior, que foi aprovado, mas não houve uma mobilização para aprovação dos planos estaduais e municipais. E a educação básica é estadual e municipal. Ela não é federal", afirmou o ministro.

Por Fonte ig.com.br

18/04/2011 - "Bullying" causa dor, exclusão e humilhação

: Data: 18/04/2011

Veículo: AGÊNCIA SENADO

: Editoria:

> Assunto principal: OUTROS

Veja a matéria no site de origem



18/04/2011 - 14h48

O termo, que vem do inglês bully (valentão) é utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica feitos de forma intencional e repetitiva, praticados por uma pessoa ou um grupo sobre outra pessoa ou outro grupo. O objetivo é agredir, intimidar, acossar e implicar com a vítima.

O builying compreende, portanto, comportamentos com diversos níveis de violência que vão desde chateações inoportunas ou hostis até atos francamente agressivos, sob forma verbal ou não, sem motivação aparente, causando dor, angústia, exclusão, humilhação e discriminação. Na literatura especializada, adotase também o termo vitimização.

O psicólogo José Augusto Pedra e a pedagoga Cléo Fante, autores do livro Bullying Escolar - Perguntas e respostas, dizem que os praticantes do bullying também mobilizam as opiniões dos colegas contra a vítima, por meio de boatos difamatórios ou apelidos que acentuam alguma característica física, psicológica ou trejeito considerado negativo, diferente ou esquisito. Esses boatos e agressões são, muitas vezes, expostos em sites de relacionamentos na internet.

Os autores explicam que a principal diferença entre o bullying e outros tipos de violência é a propriedade que o primeiro tem de causar traumas muitas vezes irreparáveis ao psiquismo das vítimas, comprometendo sua saúde física e mental e seu desenvolvimento socioeducacional. Ao contrário de outras ações violentas, ocasionais e reativas, o bullying se caracteriza por ações deliberadas e repetitivas, pelo desequilíbrio de poder - entre agressores e vítimas - e pela sutileza com que ocorre, sem que os adultos percebam, ou feitos de forma que as pessoas finjam não perceber.

Os critérios básicos para a prática do bullying foram estabelecidos pelo pesquisador Dan Olweus, da Universidade de Bergen, na Noruega, que trabalhou com esse tema entre 1978 a 1999. De acordo com o pesquisador, a vítima tem um medo constante de sofrer os assédios novamente e, por esse motivo, fica mobilizada por sentimentos de ansiedade, medo, insegurança, angústia, raiva e constrangimento, podendo também ter somatizações. Por continuar lembrando dos episódios de agressão, a vítima pode também alimentar o desejo de vingança.

Além das agressões entre alunos, Olweus estudou também a prática do bullying por professores e outros funcionários da escola contra alunos. Segundo o pesquisador, o fenômeno ocorre com maior frequência do que se supõe, e muitos alunos são agredidos, perseguidos, intimidados, ridicularizados, coagidos e

acusados. Os professores, nesses casos, comparam, constrangem e chamam atenção publicamente, mostrando ainda preferência a determinados alunos em detrimento de outros.

Por outro lado, muitos professores também são assediados sexual e moralmente, humilhados e agredidos por alunos, conforme José Augusto Pedra e Cléo Fante. Os autores dizem que "é grande o número de profissionais que sofrem em seu ambiente de trabalho, sem saber o que fazer e a quem recorrer".

Uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2009 revelou que quase um terço dos estudantes brasileiros, equivalente a 30,8%, informou já ter sofrido bullying, sendo a maioria das vítimas do sexo masculino.

Os autores alertam para o aspecto epidêmico do bullying nas escolas e da violência entre jovens na sociedade em geral, uma vez que, segundo eles, 80% das vítimas tendem a reproduzir os maus tratos sofridos.

Helena Daltro Pontual / Agência Senado

18/04/2011 - Professores e estudantes pedem mais investimento em educação

: Data: 18/04/2011

> Veículo: AGÊNCIA SENADO

: Editoria:

Assunto principal: OUTROS

Veja a matéria no site de origem



18/04/2011 - 14h23

Durante audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta segunda-feira (18), estudantes e professores concordaram com a ideia de que medidas de repressão não são suficientes para resolver o problema da violência nas escolas e pediram mais investimentos na educação.

Rosilene Correia, professora e diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) lamentou a apresentação de projetos de lei que propõem a instalação de câmeras e detectores de metais para aumentar a segurança nas escolas. Em sua opinião, esse tipo de medida distancia ainda mais a comunidade do ambiente escolar.

Segundo a professora, o foco do debate sobre violência não pode estar na punição, mas deve estar na valorização da educação no país por meio de investimentos em estrutura e melhores salários para os professores. Para ela, é preciso, portanto, ampliar os investimentos na educação e não o reforço na segurança das escolas.

- Enquanto a educação for vista como despesa, continuaremos com essa sociedade. Temos que investir para não ter que aumentar os presídios neste país. - afirmou.

Rosilene Correia também destacou que os profissionais de educação não estão preparados para lidar com situações de violência e conflito.

Formação

A subsecretária para Educação Integral, Cidadania e Direitos Humanos do Distrito Federal, Gícia de Cássia Falcão, defendeu uma revisão na formação de professores e propôs que sejam criados cursos para que os profissionais de educação sejam habilitados a mediar conflitos não apenas nas escolas, mas em toda a comunidade escolar.

-Nós professores não somos formados para determinadas situações. A formação do profissional de educação é grande preocupação. É preciso formar, sim, para que possamos atuar de maneira que esses conflitos sejam resolvidos dentro da escola, dentro da própria comunidade escolar - disse.

O presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Yann

Evanovick, defendeu que o governo destine mais do que 5% do produto interno bruto (PIB) ao setor.

 Ao destinar apenas 5% do PIB ao setor, o governo demonstra que a educação não é prioridade no país - disse.

O estudante lembrou que o Congresso Nacional deverá examinar este ano o Plano Nacional de Educação, que tem como objetivo determinar o que será aplicado no setor até 2020.

- Estamos no ano que pode ser decisivo para os próximos dez anos. É o ano que o Estado brasileiro pode dizer: nós podemos investir um pouco mais em educação - alertou.

Rodrigo Baptista / Agência Senado

18/04/2011 - MDS cobra informação escolar de beneficiários do Bolsa Família

: Data: 18/04/2011

> Veículo: VERMELHO ONLINE

: Editoria:

> Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

OUTROS

Veja a matéria no site de origem



Neste mês de abril, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) está advertindo 515 mil famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com integrantes em idade escolar não localizados no acompanhamento da frequência escolar feito pelo Ministério da Educação (MEC). Essas crianças e esses adolescentes não são localizados porque a escola não foi identificada no Cadastro Único ou porque a informação está desatualizada.

Caso a situação permaneça inalterada, os benefícios dessas famílias serão bloqueados em maio. A ação visa identificar a escola dos beneficiários no sistema do MEC, fazer a matrícula de quem esteja fora dela e inserir no acompanhamento familiar da assistência social as famílias em situação de vulnerabilidade social. Assim, busca-se garantir a frequência escolar dos beneficiários na faixa etária de 6 a 17 anos, um dos compromissos obrigatórios do programa partilhado entre as famílias e os governos locais.

Os municípios e as famílias terão até 31 de outubro para atualizar a informação da escola dos integrantes incluídos na ação e evitar que o benefício seja cancelado em novembro. A expectativa é que, com a mobilização proporcionada pela ação, os 572.233 jovens e crianças passem a ter a frequência escolar acompanhada.

Em processo semelhante, em 2009, a mobilização feita pelo MDS em parceria com o MEC, estados e municípios apresentou resultados positivos, com a redução do número de alunos sem informação escolar: na época, cerca de 500 mil famílias foram incluídas na ação. Após o trabalho do Governo Federal e dos municípios, não foram alcançadas 86.963, que tiveram benefícios cancelados em março de 2010.

Num primeiro momento, as 515 mil famílias estão recebendo mensagens de alerta em seus extratos de pagamento deste mês e notificações enviadas pelos Correios. Os gestores municipais têm acesso à relação dessas famílias no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família.

A busca pela informação da escola dos beneficiários, coordenada pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, envolve também a Secretaria Nacional de Assistência Social, ambas do MDS, além do MEC. Nos municípios, é necessário que a ação seja articulada entre a gestão municipal do Bolsa Família e as áreas de educação, assistência social e saúde, para que o fluxo de informações das famílias localizadas chegue tanto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal quanto ao Sistema Presença/MEC.

O MDS publicou a Instrução Operacional nº 8, que orienta os técnicos do Cadastro Único e da área de educação a identificarem corretamente o nome da escola, o código do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) da escola e a série do aluno. Crianças e adolescentes que se encontrarem fora das unidades de ensino deverão ter a matrícula escolar assegurada. As famílias nas quais forem identificadas situações de vulnerabilidade ou risco social e que contribuam para que crianças e adolescentes estejam fora da escola deverão ser inseridas no processo de acompanhamento familiar. Nessa situação, elas recebem atenção e apoio psicossocial específico, visando superar as condições que as impedem de exercer o direito básico à educação.

A identificação das unidades de ensino ou a inserção de filhos dos beneficiários na escola vai contribuir para que o Governo Federal aumente o percentual de monitoramento da frequência escolar. No bimestre de outubro/novembro de 2010, os municípios registraram informação sobre a presença às aulas de 88% dos 17 milhões de alunos beneficiários. Dos 15 milhões acompanhados, 3,7% não cumpriram os percentuais exigidos (85% para estudantes de até 15 anos e 75% para adolescentes de 16 e 17 anos).

A parcela de crianças e adolescentes dos 6 aos 17 anos sem identificação das unidades de ensino em 2010 (572 mil) representa 3,27% do total de 17 milhões de estudantes no último bimestre do ano. Embora o percentual seja relativamente baixo, o Governo Federal considera fundamental garantir a permanência na escola dos beneficiários do Bolsa Família, para que a futura geração tenha melhores condições de vida.

O programa atende 12,9 milhões de famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 140. Os novos benefícios variam de R\$ 32 a R\$ 242 e são definidos de acordo com perfil econômico da família e o número de filhos de até 17 anos. Para evitar a perda do benefício, a população atendida precisa cumprir as condicionalidades nas áreas de educação e saúde e manter o cadastro atualizado a cada dois anos. Neste ano, 1,3 milhão de famílias estão no processo de revisão cadastral. Elas também têm até 31 de outubro para renovar suas informações no Cadastro Único.

Fonte: Ascom/MDS

18/04/2011 - Problemas na educação causam falta de profissionais no setor tecnológico

: Data: 18/04/2011

> Veículo: JORNAL NACIONAL - TV GLOBO

> Editoria:

Assunto principal: OUTROS Veja o vídeo/audio da matéria

Tamanho A - A +

Muitos alunos abandonam o curso porque não conseguem acompanhar matérias como matemática, lógica, química e física. Além disso, os cursos regulares não acompanham a velocidade tecnológica, causando uma defasagem.